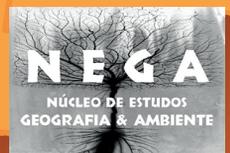


VOLUME 2
Epistemologias
quilombolas



ATLAS DA PRESENÇA QUILOMBOLA EM PORTO ALEGRE/RS

Cláudia Luísa Zeferino Pires
Lara Machado Bitencourt
organizadoras



**ATLAS DA
PRESENÇA QUILOMBOLA
EM PORTO ALEGRE/RS**

Volume 2

**Epistemologias
quilombolas**

**Cláudia Luísa Zeferino Pires
Lara Machado Bitencourt
organizadoras**

2021

Organização

Cláudia Luísa Zeferino Pires
Lara Machado Bitencourt

Coordenação Técnica

Cláudia Luísa Zeferino Pires
Lara Machado Bitencourt

Equipe Técnica

Cláudia Luísa Zeferino Pires, Diego
Mittmann Kaiser Barboza, Giulia
Assunção Sichelero, Hiago Godoi
Barth, Laísa Zatti Ramires Duque, Lara
Machado Bitencourt, Laura Isabel dos
Santos Flores, Mariana Nicolini Acosta,
Matheus Eilers Penha, Winnie Ludmila
Mathias Dobal e William de Oliveira
Silva da Silva

Revisão

Gustavo Suertegaray Saldivar

Capa e Ilustrações

Gabriel Muniz de Souza Queiroz

Projeto gráfico e Diagramação

Editora Letra1

Impressão

Gráfica da UFRGS

VERSÃO DIGITAL



www.editoraletra1.com.br

CNPJ 12.062.268/0001-37

letra1@editoraletra1.com.br

(51) 3372 9222

Rua Lopo Gonçalves, 554 – Cidade Baixa
90050-350 Porto Alegre/RS

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Dorfman

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Anderson Zalewski Vargas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Hernan Venegas Marcelo

Universidade Federal da Integração
Latino-Americana

Marcelo Jacques de Moraes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Márcio Silveira Lima

Universidade Federal do Sul da Bahia

Miriam V. Gárate

Universidade Estadual de Campinas

Regina Coeli Machado e Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A881 Atlas da presença quilombola em Porto Alegre/RS [livro eletrônico] /
Organizadoras Cláudia Luísa Zeferino Pires, Lara Machado
Bitencourt; ilustrador Gabriel Muniz de Souza Queiroz. – Porto
Alegre, RS: Letra1, 2021. 2v.
760 p. : il.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-87422-19-0

1. Quilombos – História – Porto Alegre (RS). 2. Negros – História
– Porto Alegre (RS). 3. Negros – Usos e costumes – Porto Alegre
(RS). I. Pires, Cláudia Luísa Zeferino. II. Bitencourt, Lara Machado.
III. Queiroz, Gabriel Muniz de Souza.

CDD 305.89608165

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI: 10.21826/978-65-87422-19-0



Livro publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons CC-BY 4.0

Versão digital lançada em 15 novembro de 2021 | Versão impressa lançada em agosto de 2022

MOVIMENTO NEGRO E DIREITO À TERRA: QUILOMBOS, COMO EXEMPLOS DE RESISTÊNCIA

 José Antônio dos
SANTOS

A história de luta dos negros e das negras pelo direito à terra no Brasil se iniciou com os primeiros escravizados, que pisaram neste solo. Os africanos foram trazidos pelos conhecimentos que detinham de agricultura, de metalurgia, de trato com o gado e de lidar com os elementos mais profundos da terra. A convivência com o meio ambiente sempre foi visceral, mantida por tradições de respeito à natureza e pelo trabalho coletivo, que, aqui, multiplicaram-se e sobreviveram às inúmeras experiências, rotineiramente atualizadas, pelos seus descendentes, nos meios rurais e urbanos.

Eles conformaram histórias e práticas cotidianas, que, longe de serem romantizadas ou estarem perdidas no tempo e no espaço, ainda estão vivas, apesar das políticas de expropriação dos territórios e da manutenção do terror sobre os corpos e sobre as mentes daqueles que ainda sobrevivem. As reivindicações de acesso à terra, à educação e ao mercado de trabalho; os direitos de circular e de permanecer em lugares públicos; a criação de espaços de confraternização e de prática de religiosidades; assim como a luta por acesso aos direitos civis republicanos, serviram para a conformação de identidades negras e mestiças.

As organizações negras se tornaram meios de fortalecimento da autoestima, de consolidação de solidariedades étnicas, entre os descendentes das senzalas, e de formação de amplos movimentos pela cidadania, que ultrapassaram as barreiras do espaço e do tempo. Consolidaram-se em demandas sociais e em formas de mobilização política, que não ficaram limitadas a um tempo ou cenário específico, mas foram reatualizadas e fazem parte de arcabouços conceitual e estratégico, que se mantêm.

Segundo mostrarei, adiante, algumas das principais matrizes do ativismo negro contemporâneo se consolidaram, em torno das experiências históricas dos quilombos e do quilombismo. Portanto, nasceram da experiência direta e da relação com a terra, meio de vida e de sobrevivência, que escondia e alimentava e que fornecia casa, comida e plantas curativas. Houve construções

COMO CITAR:

SANTOS, José Antônio dos. Movimento negro e direito à terra: quilombos, como exemplos de resistência. In: PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado (org.). *Atlas da presença quilombola em Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: Letra1, 2021, p. 461-469



e permanências de um imaginário lugar mítico, território de liberdade, de construção de famílias e de acolhimentos, que se voltavam ao continente de origem (África), que passaram a ter, como principal referência, o Quilombo de Palmares, situado na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas. Território e quilombolas, que resistiram por cerca de 100 anos às investidas do exército colonial português; que mantiveram, na agricultura e no artesanato, as bases da economia de trocas com as vilas e com as comunidades vizinhas; que se tornaram um modelo de resistência direta à escravidão e, por consequência, ao capitalismo, à exploração e ao racismo contemporâneos.

Nesse sentido, a história do Movimento Negro Brasileiro (MNB), escrita assim, mesmo: em maiúscula e no singular, é aqui definida, a partir da diversidade de organizações sociais, culturais e políticas, criadas e mantidas, pela população negra, no processo que levou à abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, e que se estende, até os dias atuais. O Movimento Negro é identificado, a partir de coletivos, de caráter racialmente definido, sendo fator predominante a mobilização em torno de objetivos comuns e a identificação étnico-racial, como negros e negras.

Como afirmou Scherer-Warren (1989), em livro clássico sobre os principais teóricos dos movimentos sociais:

[...] os movimentos sociais são agentes históricos que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, etc., mas expressam também muito mais do que isto, pois expressam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas para o comando de uma nova historicidade. (SCHERER-WARREN, 1989, p. 94)

Conforme estudos recentes, ao acompanhar alguns “agentes históricos” negros, foram descortinadas novas fontes de pesquisa e novos referenciais teóricos, que questionam as matrizes eurocêntricas de produção de conhecimento. Ao acompanhar trajetórias individuais e ao identificar novos protagonistas coletivos, passaram a nomear negros e negras (engenheiros, jornalistas, médicos, políticos, professores, intelectuais e lideranças) e formas de organização social, que eram desconsideradas pela história tradicional. Muitas das sociabilidades, que eram tidas como “branqueamento cultural” ou mera reprodução, cópia, do comportamento e da estética das elites, hoje, são revistas, como estratégias de ascensão e de mobilização fundamentais, para a identificação étnico-racial coletiva.

Algumas associações recreativas, bailantes ou simples modos de vida e de sobrevivências do meio rural têm sido estudadas, como alternativas à segregação e ao racismo estrutural, e, não, como simples “opção” de isolamento social. A



utilização de determinados padrões sociais e de formas de organização cultural, mesmo que comuns a outros grupos étnicos, também passaram a ser entendidos como meios de sobrevivência e de resistência política à opressão sistemática, que sofre a população negra (ABREU *et al.*, 2018).

Alguns trabalhos demonstraram uma série de iniciativas, articuladas no sentido da organização de representações sociais, culturais e políticas, que se voltaram para a resolução dos principais problemas, desde a abolição, até os dias atuais, constituindo o que se entende como a história do Movimento Negro Brasileiro. Produzido, na sua maioria, por pesquisadores negros e negras, o campo de pesquisa do pós-abolição tem proposto alargamentos temporal e conceitual, que não se limitam ao 13 de maio de 1888. Em termos de construção de um pensamento social negro brasileiro, o que se entende como emancipação e como pós-abolição ultrapassa os limites dos marcos históricos e das efemérides, muitas vezes, definidas a partir das mudanças políticas e econômicas (XAVIER, 2016).

Desde a abolição e do referencial político da Proclamação da República (1889), embora tidos como em regime de igualdade, perante a lei, os negros e as negras estiveram inseridos numa sociedade racista e segregacionista. Produzidas naquela época, as ideias do “racismo científico” e da eugenia, como ficaram conhecidos os estudos de superioridade racial europeia, assim como a “ideologia do branqueamento”, justificaram a vinda de imigrantes europeus, para substituir a mão de obra negra e também imperaram nos escritos e nas práticas de legisladores, de intelectuais, de cientistas, de policiais e de jornalistas brasileiros, para legitimar práticas cotidianas, que impediam o direito ao trabalho e o acesso à terra.

A sociedade havia avançado muito pouco, em termos de direitos políticos. A maioria da população, constituída por libertos, por ex-escravizados e por seus descendentes, assim como por mulheres, por ser analfabeta, não podia votar e nem ser votada. Em termos de direitos civis, não podiam ter acesso aos territórios que ocupavam, uma vez que a Lei de Terras de 1850 estabelecia a compra como única forma de acesso à terra. Do mesmo modo, todas as cidades tinham uma legislação, que definia o que entendiam como “vadiagem”, que atingia as pessoas sem emprego e sem moradia fixa, gerando uma desagradável “coincidência” com os egressos da escravidão.

Embora não existisse uma legislação segregacionista, que separava negros e brancos, como no caso dos Estados Unidos, os ‘brasileiros de cor’ eram proibidos, a partir de uma série de mecanismos legais e de constrangimentos sociais, de circular em algumas ruas e praças, de frequentar escolas e clubes sociais e de entrar em lugares públicos, como teatros, confeitarias e cafés. Engana-se quem desconhece a história e “acha” que a população negra ficou de braços cruzados ou optou por viver na marginalidade, ante os inúmeros impedimentos.



Em busca da própria sobrevivência, da manutenção de aspectos culturais e religiosos e de sua inserção social, os negros tomaram iniciativas e criaram suas próprias instituições, como, de resto, aconteceu com todos os grupos imigrantes, que chegaram naquele período. Foi o momento em que criaram diversas organizações dos “homens de cor” nos meios rurais e urbanos, espalhados por todo o país, reconhecidas como cooperativas, como sociedades, como clubes e como grêmios, que se constituíram, a partir de múltiplas necessidades, na forma de instituições religiosas, bailantes, culturais, beneficentes, cívicas, recreativas, assistenciais, comerciais, carnavalescas, teatrais, esportivas e educacionais.

Exemplo associativo foi o que se deu, por meio da “imprensa negra”, como ficaram conhecidos jornais e demais publicações, criados e mantidos pela população negra em todo o país. O jornal *O Exemplo* foi um desses periódicos, que, fundado em Porto Alegre, no ano de 1892, manteve-se, até o início de 1930. O *Semanário* foi fundado quatro anos, após a escravidão, para divulgar os eventos sociais e para discutir os principais problemas dos “homens de cor” sul-rio-grandenses. O projeto se manteve, ao longo de 38 anos, com denúncias de racismos, com artigos informativos sobre educação, sobre saúde e sobre higiene e com divulgação de iniciativas de criação de escolas e de associações, em defesa daquele meio.

Nesse primeiro período, o Movimento Negro realizava apenas atividades locais, que contavam com informações trocadas com os irmãos da diáspora africana, que chegavam, por meio de jornais, de navios, de trens e de telégrafo. Em boa parte, as organizações se mantiveram vinculadas, pelo menos, de forma pública, ao catolicismo, uma vez que as religiosidades de matriz africana eram perseguidas por intervenções policiais e proibidas de exercerem seus cultos e seus rituais sagrados. A maioria das associações não tinha caráter partidário ou político explícito, mas exerciam papel fundamental na organização política e na representação identitária dos homens e das mulheres, que se identificavam como descendentes da escravidão.

Os lugares de reunião, para suas festas e para as demais confraternizações, serviam como espaços de exercícios da cidadania recém-conquistada. As organizações tinham estatutos e formas de gerenciamento, que definiam todo um quadro administrativo, que nomeava homens e mulheres fundamentais para os trabalhos de manutenção de suas associações. Mais do que simples acontecimentos esportivos, culturais ou de lazer, as atividades organizadas eram verdadeiros eventos, propícios à valorização da identidade negra, incluindo discussões acaloradas sobre os problemas dos “homens de cor” e dando visibilidade às novas formas de ser e ver o mundo.



A criação da Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo, em 1931, marcou uma nova forma de organização política do MNB. O lema “União política e social da Gente Negra Nacional” apontava para um movimento, que se espalhou por diversos estados. Na cidade de Pelotas (RS), foi fundada, em 1933, a Frente Negra Pelotense, com a preocupação específica de colaborar com a educação dos negros da cidade. Estava em consonância com os objetivos defendidos pela FNB, que entendia que a “instrução” era o principal meio, para acessar o mercado de trabalho e para garantir a defesa de seus direitos. Embora pouco divulgado, as décadas seguintes, de 1940, de 1950 e de 1960, foram pródigas no nascimento de organizações negras de expressão nacional (Teatro Experimental Negro, União dos Homens de Cor, Convenção Nacional do Negro, Congresso Nacional do Negro, entre outras), que tiveram papéis fundamentais nas conquistas recentes.

Por exemplo, como resultado do I Congresso do Negro Brasileiro, de 1950, organizado em comemoração ao “Centenário do Final do Tráfico de Escravos”, no Rio de Janeiro, demonstrando o grande apreço que tinham por efemérides, que remetiam ao histórico de emancipação gradual da escravidão, na “Declaração final” do Congresso, reivindicavam:

[...] o apoio oficial e público a todas as iniciativas e entidades dos brasileiros de cor, a ampliação da facilidade de instrução e de educação técnica, profissional e artística, a proteção à saúde do povo e a garantia de oportunidades iguais para todos na base da aptidão e da capacidade de cada qual. (NASCIMENTO, 1982, p. 401)

As questões que levantavam tinham preocupação com o mundo urbano, em que se encontrava a maioria da população. Não tocavam diretamente em problemas de acesso à terra, mas chamavam a atenção para questões fundamentais e para o “apoio oficial e público” na garantia de direitos e de oportunidades específicas para os “brasileiros de cor”. Nesse sentido, já apontavam para políticas de ações afirmativas, apenas recentemente implementadas, visando ao acesso diferenciado de estudantes negros e negras no ensino superior e nos concursos de cargos públicos.

A partir da década de 1970, militantes e intelectuais negros e negras reafirmaram e defenderam o significado político da experiência desenvolvida nos quilombos de forma contundente. Passaram a usá-lo como ferramenta conceitual e como modelo para as organizações políticas. Abdias do Nascimento (2002, p. 288) foi um dos que foi mais longe, ao afirmar que “[...] o quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista”. Teve, como base, a construção de uma sociedade livre, justa, igualitária e soberana, que considerava, a terra, uma propriedade nacional de uso coletivo, em que os trabalhadores rurais são donos de si e do



fruto do seu trabalho. Este seria o resultado de uma “revolução quilombista”, que, segundo ele, devia ser “[...] fundamentalmente antirracista, anticapitalista, antilatifundiária, anti-imperialista e antineocolonialista”.

Outras intelectuais, como Beatriz Nascimento e Lélia Gonzales, desenvolveram estudos e conceitos sofisticados, que apontaram o quilombo como território, não, apenas, físico, palpável, revestido de terra, ar e água, mas como um espaço existencial, que transcende noções de espaço e de tempo. Nas favelas e nas comunidades das periferias das grandes cidades, assim como no campo, nas florestas e em zonas ribeirinhas, a população negra teria mantido modos de vida e formas de subsistência referenciadas nas experiências dos quilombos.

Para a historiadora Maria Beatriz Nascimento, que investigou a origem da palavra quilombo (*kilombo*) e a relação das culturas africanas com o modo de organização desenvolvido no Brasil, as experiências quilombolas serviriam como um “instrumento ideológico”, para a luta da população negra no presente. O objetivo da intelectual e militante era construir um substrato histórico, que fundamentasse e que estimulasse iniciativas, para empreender organizações sociais próprias, tendo, como modelo, as iniciativas positivas, oriundas das experiências negras de resistência ao extermínio e à usurpação territorial (NASCIMENTO, 1977, p. 131).

Naquele momento, em que a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) perseguia, torturava e desaparecia com os corpos daqueles que se mostravam contrários, e também atuava na defesa da falácia da “democracia racial” brasileira em eventos internacionais, era fundamental reforçar a identidade negra e a sua capacidade de sobrevivência. O MNB foi buscar, na história dos quilombos e de suas lideranças, expressões maiores de organizações coletivas e de resiliência, frente às investidas desumanizadoras, os exemplos necessários para seguir adiante.

Em Porto Alegre, por exemplo, foi criado, em 1971, o Grupo Cultural Palmares, que passou a reverenciar a figura de Zumbi, uma das principais lideranças daquele quilombo. A data da morte de Zumbi, 20 de novembro de 1695, passou a ser proposta como o “Dia Nacional da Consciência Negra” e logo foi absorvida pelo Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978. A criação do MNU foi um marco para os movimentos sociais, ao propor a luta direta contra o racismo e contras as ideias em torno da “democracia racial”, ideologia que afirmava a inexistência de desigualdades raciais no Brasil.

Também na delimitação de territórios culturais e simbólicos, como no universo das escolas de samba, a força por trás das histórias dos quilombos se fez presente naquela década. Em 1975, Antônio Candeia Filho, junto com outros sambistas e compositores, fundaram, no Rio de Janeiro, a Escola de Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo. Candeia, que foi um dos



principais fundadores da Portela, passou a fazer severas críticas à direção da Escola, que, segundo ele, havia perdido seus objetivos iniciais, ao se inserir no mercado carnavalesco, ao ser ocupada por pessoas de fora da comunidade de Oswaldo Cruz e ao primar pelo gigantismo de suas alas. Ele fundou a Escola Quilombo, para chamar a atenção dos brasileiros para as raízes da arte negra e para a sua influência em nossa cultura.

Nos anos de 1980, período em que os movimentos sociais pressionavam, para o final da ditadura e para o retorno à democracia, o MNB se mostrou bastante atuante. Cada vez mais, passou a contar com as reivindicações das comunidades quilombolas, que fizeram parte das mobilizações nacionais em defesa do acesso e das garantias legais as suas terras. Em 1986, o Movimento Negro Unificado organizou a “Convenção Nacional do Negro” em Brasília. Era o resultado de diversos encontros regionais, que organizavam as pautas a ser encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte. Nesse momento, foi proposta a criação do dispositivo constitucional, depois, nomeado Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em que, aos remanescentes das comunidades dos quilombos, é reconhecida a propriedade definitiva das terras, que ocupavam, historicamente.

No documento resultante da Convenção, encaminhado aos constituintes, estava explícita a defesa da garantia da propriedade da terra às comunidades negras dos meios rural e urbano. Este documento também avançou na proteção da cultura negra, na defesa dos modos de fazer e de viver e no tombamento dos quilombos, como patrimônio cultural da sociedade brasileira, resultando em conquistas fundamentais, na atualidade, e que foram plasmadas na Constituição Cidadã de 1988, ano em que foi lançado o “Movimento Quilombista”, manifesto e ação política, preocupada, principalmente, com a preservação das raízes da cultura negra, expressas no Carnaval, na música e na religiosidade. Mestre Pernambuco atravessou o país, para deixar a marca de sua inconformidade e de sua militância tenaz em solo gaúcho. Os anos que se seguiram foram esperançosos, em termos de conquistas do MNB, e quilombos e quilombistas se mostravam atuantes (LIMA, 1988).

Segundo levantamento realizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro, da Universidade de São Paulo, em 1990, existiam mais de 1.300 entidades, que defendiam as mais diversas pautas da população negra. Também foi nesta década, em 1992, que foi reconhecida a primeira comunidade negra quilombola, a Reserva Extrativista Quilombo Frechal, no Maranhão. Em seguida, em 1995, houve a titulação de outro território quilombola, a comunidade de Boa Vista, em Oriximiná, no Pará. No mesmo ano, foi realizada a “Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo pela Igualdade e a Vida”, que reuniu milhares de pessoas em Brasília, a partir da qual tivemos os primeiros passos,



em direção às políticas de ações afirmativas de ingresso aos cargos públicos e às universidades.

Durante os dias que antecederam à organização da “Marcha Zumbi dos Palmares”, foi organizado o “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, que, no ano seguinte, resultou na criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Sob a bandeira de “Terra titulada, liberdade conquistada e nenhum direito a menos!”, a CONAQ tem sido o principal organismo de representação política e de defesa dos interesses quilombolas.

A virada para o século XXI se mostrou promissora para as comunidades remanescentes de quilombos: em 2002, o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconhecendo os direitos das comunidades tradicionais; em 2003, o Decreto nº 4.887 regulamentou os procedimentos, para identificação, para reconhecimento, para delimitação e para titulação das terras de quilombo, ficando designados, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Cultural Palmares, como responsáveis por todo o processo de regularização das terras quilombolas.

Sem dúvida, as forças contrárias, que vão de políticos do Congresso Nacional, que defendem o agronegócio e a exploração das riquezas minerais, aos defensores do uso de agrotóxicos e dos interesses internacionais, sempre se mantiveram atuantes e avessas aos quilombolas. Mas a força do MNB tem se multiplicado, com a eleição de políticos negros, que se colocam como representantes; com as mais diversas organizações, que se juntam em manifestações públicas (I Encontro Nacional das Mulheres Quilombolas, de 2014; e Marcha Nacional das Mulheres Negras, “Contra o racismo, a violência e pelo bom viver”, de 2015); e com as redes sociais.

Em tempos de ataques fascistas à democracia brasileira, também devido ao isolamento social, por causa do vírus, que assola o planeta, a *Internet* se tornou um verdadeiro “quilombo digital”. O acesso a algumas plataformas digitais, por grupos organizados ou indivíduos, que usam as pautas da negritude no interesse da maioria negra na *Internet*, tem se mostrado um território de disputa bastante atuante.

Assim como o direito à terra, temática que abordamos sucintamente, ao longo do artigo, e que se mantém fundamental, para a sobrevivência da população negra, a rede mundial de computadores é um território importante a ser conquistado, para as lutas e para as reivindicações negras do presente e do futuro. Mas este é um assunto para outro texto e para outro momento.



REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia; BRASIL, Eric. (Org.). **Cultura negra: novos desafios para a história e os historiadores. Trajetórias e lutas de intelectuais negros.** Niterói: EDUFF, 2018.

CARDOSO, Marcos. **Movimento Negro em Belo Horizonte, 1978-1998.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania.** São Paulo: Annablume, 2006.

CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO PELA CONSTITUINTE. Carta aos dirigentes do país e a todos os membros da Assembleia Nacional Constituinte. 1986.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Revista de História (UFES)**, v. 21, p. 101-124, 2008.

LIMA, Waldemar Moura (Mestre Pernambuco). **Movimento quilombista: negritude em ação.** Porto Alegre: Impulso Artes Gráficas, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Negro revoltado.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo.** 2. ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Historiografia do Quilombo. *In*: NASCIMENTO, B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias da destruição.** Diáspora Africana. [s.l.]: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. *In*: NASCIMENTO, B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias da destruição.** Diáspora Africana. [s.l.]: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Introdução ao conceito de Quilombo. 1987. *In*: NASCIMENTO, B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias da destruição.** Diáspora Africana. [s.l.]: Editora Filhos da África, 2018.

SANTOS, José A. **Liga da Canela Preta: a história do negro no futebol.** Porto Alegre: Diadorim, 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

XAVIER, Giovana (Org.). **Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas.** Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.